



# Barcos tradicionais do Estuário do Tejo vão poder acostar em Lisboa

**Turismo**  
Jorge Talixa

**O protocolo prevê que os barcos possam utilizar quatro pontos de acostagem gratuitamente**

A Administração do Porto de Lisboa (APL) vai isentar de pagamento a acostagem de barcos tradicionais em quatro docas e pontões da cidade de Lisboa com o objectivo de fomentar os passeios de turismo e lazer na região. A medida abrange mais de uma dezena de embarcações típicas e tradicionais que pertencem aos municípios da área de influência da APL (Lisboa a Vila Franca de Xira, incluindo a margem sul do Tejo) e deverá entrar em vigor ainda este ano. Os termos do respectivo protocolo têm sido aprovados nos diferentes órgãos autárquicos municipais da região e envolvem a acostagem de barcos tradicionais nas docas de Belém, Pedrouços e Santo Amaro e no Pontão do Achigã (Doca de Alcântara).

De acordo com o protocolo, esta iniciativa insere-se na “política de promoção das embarcações típicas do Tejo” desenvolvida pela APL, que tem em conta que estes barcos tradicionais fazem parte de um “património de extrema riqueza” e contribuem para a preservação e valorização das tradições náuticas e estuarinas do Tejo. “O reforço de uma rede integrada de infra-estruturas de apoio à fruição do plano de água estuarino, em ambas as margens, é um factor relevante no desenvolvimento de actividades náuticas e do turismo náutico”, refere o protocolo, que considera “fundamental” que sejam criadas condições que “permitam contribuir para a afirmação dos municípios ribeirinhos do Tejo como pólos incontornáveis da actividade náutica”.

O documento sublinha, igualmente, que “o sector do turismo se tem destacado como uma actividade económica de extrema importância para Portugal, registando, nos últimos anos, índices de crescimento cada vez mais pronunciados”. Por isso, considera que “a promoção dos municípios ribeirinhos do Tejo enquanto destinos turísticos no contexto da região de Lisboa deverá



**Vila Franca foi dos primeiros municípios a recuperar barcos**

passar pela implementação de soluções destinadas a valorizar e desenvolver a oferta turística”, proporcionando uma imagem inovadora de produtos e serviços ligados ao desporto e ao turismo náuticos.

O protocolo, que nos próximos meses vai ser formalmente celebrado entre a APL e os municípios estuarinos detentores de embarcações tradicionais, prevê que estes possam utilizar aqueles quatro pontos de acostagem de forma totalmente gratuita mediante comunicação prévia. No caso de barcos municipais com exploração concessionada a empresas privadas, está previsto o pagamento de 50% das taxas de acostagem. Nestes pontos poderão ser embarcados ou desembarcados passageiros e a APL fica com o direito de efectuar acções de fiscalização para verificar se estão a ser cumpridas as normas previstas no acordo. Eventuais danos causados nos pontos de acostagem serão da responsabilidade dos municípios envolvidos ou dos respectivos seguros.

## Outro barco em Vila Franca

A proposta de protocolo recolheu o apoio unânime dos eleitos da Câmara de Vila Franca de Xira e houve mesmo quem sugerisse a aquisição de um segundo barco, para juntar ao varino *Liberdade*, que a autarquia detém há 31 anos. “Estamos todos de acordo na preservação da identidade daquilo que são os barcos tradicionais do nosso rio. Temos feito um esforço bastante grande. A última grande reparação do *Liberdade* custou algumas centenas de milhares de

euros, o que não é coisa pouca, mas é um esforço que temos que fazer e todos os anos temos que fazer alguma manutenção do nosso barco varino”, salientou Alberto Mesquita, presidente da câmara vila-franquense.

Já Nuno Libório, vereador da CDU, sublinhou que ainda há muitos catraios, muitas canoas e muitas fragatas a navegar no estuário do Tejo, em boa parte devido ao esforço das autarquias e das associações náuticas.

Já Carlos Patrão, vereador do Bloco de Esquerda, sugeriu que o executivo de maioria socialista deveria começar a pensar em comprar e recuperar outra embarcação tradicional do Tejo para fins semelhantes. “Julgo que a procura por este tipo de passeios vai continuar a aumentar”, previu Carlos Patrão.

Alberto Mesquita admitiu que, em termos financeiros, até seria possível e que a câmara poderia equacionar a aquisição de um segundo barco. O problema maior, referiu o autarca, é encontrar equipas de tripulantes disponíveis. “Temos dificuldade em encontrar uma equipa fixa, lançamos concursos, mas não conseguimos encontrar mais pessoas que queiram concorrer. Há aqui alguma dificuldade, vamos encontrando algumas pessoas com alguma experiência, mas num regime de avença”, explicou o presidente, frisando que este protocolo com a APL vem responder a uma questão que já era abordada há algum tempo, permitindo melhores condições para todos os municípios estuarinos que têm este tipo de barcos.